

BUSCALEGIS: UMA BIBLIOTECA JURÍDICA VIRTUAL

*ROVER, A. J.
RAMOS JÚNIOR, H. S.*

Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: heliosantiagoramos@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho pretende relatar a experiência da criação da biblioteca jurídica virtual denominada BuscaLegis e seus projetos / interfaces mais relevantes. Será relatado o seu histórico, as vantagens da disponibilização a título gratuito de seu acervo em meio eletrônico, bem como as dificuldades da sua realização. Concluímos com a certeza da importância das bibliotecas jurídicas digitais como um instrumento de inclusão social. O projeto foi executado pelo Laboratório de Informática Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina.

AÇÕES PIONEIRAS

O professor Luiz Adolfo Olsen da Veiga, atualmente aposentado, foi o grande pioneiro da Informática Jurídica no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. Mestre na área, venceu toda oposição e conservadorismo comuns em situações de inovação em espaços jurídicos. Nessa caminhada, idealizou a disciplina “informática jurídica” nos cursos de graduação e pós em direito da UFSC e criou o Laboratório de Informática Jurídica – Linjur, com a ajuda do servidor Marco Antônio Machado Ferreira de Melo e do então doutorando Aires José Rover. Corria o ano de 1990.

O Laboratório de Informática Jurídica consiste ainda hoje em um espaço físico de apoio à realização de trabalhos e pesquisas acadêmicas no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. Sua infra-estrutura de informática permite maximizar o acesso à informação e ao desenvolvimento de projetos de democratização do conhecimento abertos à comunidade acadêmica e à comunidade em geral.

Em 1995 surgiu a Revista de Informática Jurídica - InfoJur, fruto da linha de pesquisa em Informática Jurídica que, ao poucos, começou a ser desenvolvida no curso de direito da UFSC, graduação, mestrado e doutorado. Foi coordenada desde o início pelo professor Aires J. Rover. Este projeto teve como objetivo imediato dar publicidade aos trabalhos e reflexões realizados na UFSC bem como de pesquisadores colaboradores externos a ela.

O PROJETO BUSCALEGIS

Em 1997, com o crescimento da revista Infojur, viu-se a necessidade de implementar uma verdadeira biblioteca jurídica digital, abrangendo, portanto, as diversas temáticas jurídicas e não apenas a área da informática jurídica. O curso de direito da Universidade Federal de Santa Catarina seria beneficiado bem como toda a comunidade virtual. Criou-se, então, a biblioteca jurídica virtual BuscaLegis, sob a coordenação do professor Aires J. Rover.

A biblioteca BuscaLegis, mantida pelo Linjur, conta atualmente com um acervo de mais de vinte mil documentos jurídicos que podem ser acessados por qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo através do sítio <http://www.buscalegis.ufsc.br>. O banco de dados da biblioteca é diariamente atualizado por alunos monitores da disciplina Informática Jurídica com auxílio de bolsistas do Laboratório de Informática Jurídica. Cada monitor fica responsável por algumas áreas do direito e

localiza na internet trabalhos intelectuais relacionados a elas, inserindo-os na base através de formulário *Web* .

Além disso, o envio de trabalhos por autores é muito importante para a atualização do acervo. Nesse sentido, a comunidade tem participado ativamente.

Funcionando como uma biblioteca, não há verificação do mérito dos trabalhos no momento de sua publicação. Contudo, precisa ter o artigo mais de três páginas, conter o nome do autor e relacionar-se a algumas das temáticas jurídicas.

Ao acessar o sítio, o usuário tem a disposição o buscador com suas diversas opções. Além disso, ficam dispostos *links* para os projetos / interfaces vinculados à biblioteca. Na parte inferior é apresentada uma pequena amostra dos últimos documentos inseridos no banco de dados da biblioteca, além dos créditos relativos à equipe coordenadora.

AS OPÇÕES DE PESQUISA

Os registros inseridos na base de dados da biblioteca são formados por artigos científicos, monografias, dissertações, teses, vídeos e apresentações, todos de corpo inteiro. Os livros relacionados, ao contrário, são apenas referências com resumos.

O conteúdo abrange as diversas áreas do Direito: ambiental, civil, constitucional, do consumidor, internacional, penal, processual, trabalhista, tributário, informática jurídica e outros.

A pesquisa hoje disponível permite diversas opções. A opção básica define a pesquisa nos campos nome do autor, pelo título e informações relativas à obra. O usuário pode escolher, entretanto, apenas um desses campos.

Pode o usuário também definir o âmbito da pesquisa, se em todas as áreas ou em uma delas.

O sistema de busca permite especificar ainda o tipo de documento que se deseja pesquisar. A opção inicial abrange todos os tipos, artigos científicos, monografias,

dissertações, teses, vídeos, apresentações e livros. O usuário pode optar por apenas um deles.

O usuário pode ainda escolher a quantidade de documentos que deseja serem exibidos por página entre vinte e cinco, cinquenta ou cem registros.

AS INTERFACES DOS PROJETOS

Os projetos ou interfaces são espaços *Web* nos quais são visualizados conteúdos específicos que em parte ou no todo estão armazenados na biblioteca digital BuscaLegis. O objetivo, portanto, é dar ênfase a determinados conteúdos, chamando atenção para alguns dados em particular.

Na sua maioria, decorreram de alguma pesquisa específica coordenada pelo professor Aires J. Rover e visavam precipuamente dar publicidade aos seus resultados.

Todas as interfaces têm vínculo com a biblioteca e, portanto, os seus endereços e chamadas estão disponíveis na página principal da buscalegis.

INTERFACE VIDEOTECA

O projeto Videoteca teve início com a idéia de disponibilizar através da biblioteca BuscaLegis arquivos de vídeos com as apresentações de artigos realizadas pelos alunos da graduação durante as aulas da disciplina Informática Jurídica do curso de Direito da UFSC.

Em seguida, o projeto amadureceu e passou a incorporar vídeos diversos, desde apresentações de trabalhos dos alunos da pós-graduação como de palestras e aulas de professores da casa como de convidados. Por exemplo, estão disponíveis vídeos de três minutos nos quais os palestrantes do II Ciberética (Simpósio Internacional

de Propriedade Intelectual, Informação e Ética) fazem uma síntese de suas apresentações.

A base conta atualmente com um acervo de cento e três vídeos.

INTERFACE E-BOOKS

O projeto E-Books foi inicialmente uma proposta financiada pelo FUNGRAD/UFSC. Visa proporcionar o acesso completo a livros de importância para a formação dos estudantes de direito, em formato digital e pela Internet. As obras disponíveis fornecem um pequeno histórico do desenvolvimento do pensamento e teorias referentes à moral, ao direito e à política, categorias que possibilitam a fundamentação do estudo de qualquer área das ciências humanas.

Se optou por disponibilizar obras que não estivessem protegidos pela propriedade intelectual. Mesmo não havendo direito intelectual a proteger, toda publicação foi feita em formato de arquivo que preservasse a integridade do seu conteúdo.

O projeto proporcionou melhoria da qualidade e quantidade das informações disponíveis aos interessados pelos temas jurídicos, filosóficos e políticos.

INTERFACE CÓDIGOS COMENTADOS

O projeto Códigos Comentados (PCC) surgiu com a finalidade de reunir de forma sistematizada e facilitada o conteúdo relativo às matérias tratadas nos Códigos Civil, Penal, de Defesa do Consumidor e de Processo Civil, já disponíveis na Internet de forma dispersa. Estruturado tal qual um código comentado, coloca à disposição do usuário as duas principais fontes de estudo do Direito, a legislação e a doutrina.

O usuário interessado em pesquisar comentários ou a própria norma deve acessar o seu endereço e digitar o assunto de seu interesse ou navegar através dos artigos do código escolhido.

Sua interface com a biblioteca BuscaLegis ocorre quando o usuário queira acessar o artigo do qual fora retirado o comentário encontrado. Necessariamente, todos os comentários indexados são de artigos organizados na biblioteca.

Quando os primeiros resultados foram disponibilizados pela internet a repercussão positiva foi imediata, principalmente entre os alunos de graduação que participaram na elaboração e organização do material. Também especialistas pelo Brasil inteiro ficaram interessados pelo trabalho.

INTERFACE NEDCON

O NEDCON (Núcleo de Estudos de Direito do Consumidor) teve origem com a criação de um grupo de pesquisa na área do Direito do Consumidor no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC e contou com a participação pioneira do professor Márcio Campos.

A exemplo dos demais, tem como objetivo servir como um instrumento de auxílio à pesquisa em meio eletrônico na área do Direito do Consumidor, disponibilizando a toda comunidade virtual trabalhos relevantes nessa área, os quais compõem o acervo da biblioteca BuscaLegis.

Além da doutrina, disponibiliza legislação e jurisprudência recentes relativas ao tema. Também oferece para *download* o programa *Aletheia*, que utiliza técnicas de inteligência artificial em seus recursos, dando como resposta a pesquisas os trechos correspondentes ao enquadramento legal referente a uma determinada situação jurídica.

DESAFIOS E DIFICULDADES

Para que a biblioteca consiga atingir o objetivo de servir como uma ferramenta de auxílio à pesquisa é importante que o seu acervo esteja constantemente atualizado. Para MIRANDA, "as bibliotecas jurídicas devem estar organizadas visando a satisfação de necessidades informacionais específicas deste público. Nestes termos, as mesmas devem possuir um bom planejamento no desenvolvimento de suas coleções, com a finalidade de terem seus acervos sempre adequados para satisfazer seu público específico" (2003). Este é um desafio constante para a equipe do projeto buscalegis, que é acadêmica e não é bem remunerada.

Além disso, há a preocupação constante com o código do projeto que deve organizar o material de tal forma que permita ao usuário, leigo ou não, também participar de sua construção.

OS SINAIS POSITIVOS

A biblioteca jurídica virtual BuscaLegis, tendo em vista sua natureza democrática, o acesso gratuito e o meio eletrônico, permite ao acadêmico e ao cidadão conhecer e propagar trabalhos jurídicos.

O acesso gratuito através da Internet ameniza o problema de custos que muitos estudantes e até mesmo profissionais possuem. A forma sistematizada da pesquisa facilita a procura e a recuperação das informações. O meio eletrônico permite uma atualização rápida com novidades, acompanhando as mudanças que são constantes no mundo do direito e da pesquisa jurídica.

As disciplinas de Informática Jurídica e o Laboratório de Informática Jurídica foram fundamentais para desenvolver o projeto tanto na sua execução direta como nos trabalhos acadêmicos produzidos por alunos e professores, conforme constata o

professor VEIGA, "como resultado eficaz há teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de conclusão de curso nessa nova, atualíssima e importante área de estudos, envolvendo o direito e a informática" (2000, p. 18). Além disso, há grande material de outras áreas desenvolvido nesta instituição de ensino que passou a compor a biblioteca BuscaLegis.

De modo geral, a biblioteca jurídica é destinada a um público específico representado pelos estudantes e profissionais do direito. Entretanto, a biblioteca BuscaLegis quer também facilitar a consulta por parte de leigos e profissionais de outras áreas.

As bibliotecas digitais em geral desempenham um papel importante na medida em que são instrumentos de propagação do conhecimento, permitindo ao cidadão o acesso à informação de seu interesse e, conseqüentemente, servindo como forma de inclusão social. Pode ir além disso, possibilitando contribuir com a publicação de seu trabalho intelectual, despertando a consciência para a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MIRANDA, A. C. C. A qualidade enquanto instrumento na política de desenvolvimento de coleções jurídicas. In: **Anais do II Ciberética - Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética**. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2005.

ROVER, A. J. (org.). **Direito e Informática**. Barueri: Manole, 2004. 513 p.

VEIGA, L. A. O. O ensino do Direito e a informática. In: ROVER, A. J. (org.). **Direito, Sociedade e Informática: limites e perspectivas da vida digital**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000. p. 17-19.